

FUNDAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS DO PARANÁ - FESP

Curitiba - PR CNPJ: 76.602.895/0001-04

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ 1,00

ATIVO - Em R\$ 1,00

	2019	2018
CIRCULANTE	4.250.268	3.589.879
Caixa e Equivalentes	663.804	507.426
Contas a Receber	5.867.010	6.154.198
(-) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.750.640)	(3.465.037)
Aluguéis a Receber	1.322.687	170.921
FIES a Receber	60.482	100.467
Adiantamentos	24.386	13.860
Despesas do Exercício Seguinte	7.391	8.473
Estoques	14.979	10.350
Outras Contas a Receber	40.169	89.221
NÃO CIRCULANTE	20.391.572	20.899.507
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.011.762	2.277.896
Contas a Receber	43.296	111.728
Outras Contas a Receber	1.968.466	2.166.168
INVESTIMENTOS	6.769	6.769
IMOBILIZADO	18.367.133	18.604.881
INTANGÍVEL	5.908	9.961
TOTAL DO ATIVO	24.641.840	24.489.386

Obs.: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO - Em R\$ 1,00

	2019	2018
CIRCULANTE	10.987.840	11.070.397
Fornecedores	406.774	875.020
Obrigações Trabalhistas, Encargos e Provisões	4.331.026	3.590.043
Obrigações Tributárias	649.267	1.196.981
Mensalidades Antecipadas	21.175	33.750
Empréstimos e Financiamentos	1.561.436	2.378.746
Parcelamentos de Tributos e Contribuições	440.856	209.496
Obrigações por Mensalidades Futuras	3.399.820	2.575.781
Outras Contas a Pagar	177.486	210.580
NÃO CIRCULANTE	7.026.044	4.637.136
Empréstimos e Financiamentos	3.063.700	2.240.746
Parcelamentos de Tributos e Contribuições	2.163.341	539.479
Obrigações por Mensalidades Futuras	25.918	163.752
Provisão para Contingências	1.773.085	1.693.159
PATRIMÔNIO SOCIAL	6.627.956	8.781.853
AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	11.325.427	11.537.731
DEFICIT ACUMULADO	(4.697.471)	(2.755.878)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	24.641.840	24.489.386

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ 1,00

	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	19.659.481	32.066.416
Mensalidades da Graduação	17.395.087	18.113.679
Mensalidades da Pós Graduação	2.263.450	1.975.091
Mensalidades do Ensino Infantil	-	1.296.480
Mensalidades do Ensino Fundamental e Médio	188	6.297.365
Mensalidades do Terceirão e Cursinho Pré-Vestibular	756	2.835.698
Materiais Didáticos	-	1.548.103
DEDUÇÕES DA RECEITA	(10.407.740)	(13.829.051)
Cancelamentos	(1.518.193)	(3.178.708)
Gratuidade-Bolsas PROUNI 100%	23	(2.861.393)
Gratuidade-Bolsas PROUNI 50%	23	(1.303.798)
Bolsas e Descontos	-	(4.724.366)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.251.741	18.237.365
CUSTOS DOS MATERIAIS DIDÁTICOS	(644)	(1.150.670)
Custo dos Materiais Didáticos	(644)	(1.150.670)
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(4.897.243)	(10.270.983)
Custo do Ensino Graduação	(4.560.306)	(6.474.387)
Custo do Ensino Pós Graduação	(336.937)	(508.101)
Custo do Ensino Infantil	-	(420.407)
Custo do Ensino Fundamental e Médio	-	(1.753.172)
Custo do Terceirão e Cursinho Pré-Vestibular	-	(1.114.916)
SUPERAVIT OPERACIONAL BRUTO	4.353.854	6.815.712
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(5.223.082)	13.624.591
Despesas Comerciais	(130.463)	(943.547)
Despesas Administrativas	(3.561.028)	(6.489.147)
Despesas Gerais	(2.032.690)	(4.750.785)
Despesas Tributárias	(406.945)	(92.062)
Despesas com Depreciações/Amortizações	(438.920)	(1.744.518)
Outras Receitas	20	27.644.650
RESULTADO ANTES DAS (DESPESAS) E RECEITAS FINANCEIRAS	(869.228)	20.440.303
RESULTADO FINANCEIRO	(1.284.669)	(4.318.514)
Despesas Financeiras	(2.146.659)	(5.057.411)
Receitas Financeiras	861.990	738.897
SUPERAVIT (DEFICIT) DO EXERCÍCIO	19 (2.153.897)	16.121.789

Obs.: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL Período de 31/DEZ/17 A 31/DEZ/19 - Em R\$ 1,00

	AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	DEFICIT ACUMULADO	PATRIMÔNIO SOCIAL
SALDOS EM 31/DEZ/17	11.750.035	(19.089.971)	(7.339.936)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(212.304)	212.304	-
Superávit do Exercício	-	16.121.789	16.121.789
SALDOS EM 31/DEZ/18	11.537.731	(2.755.878)	8.781.853
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(212.304)	212.304	-
Deficit do Exercício	-	(2.153.897)	(2.153.897)
SALDOS EM 31/DEZ/19	11.325.427	(4.697.471)	6.627.956

Obs.: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS - Em R\$ 1,00

1 Contexto Operacional

A Fundação de Estudos Sociais do Paraná – Fesp, anteriormente Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná, fundada em 15/NOV/37, é uma entidade jurídica de direito privado, por tempo indeterminado, com sede e foro em Curitiba, com o objeto social de oferecer condições e oportunidades de educação com a finalidade de contribuir para a formação e desenvolvimento profissional e ético, voltado ao exercício pleno da cidadania. A Fesp não visa lucros e tem por objetivo promover o ensino, a pesquisa e a extensão e atividades culturais, nos termos da legislação vigente. Dentro de suas finalidades, a Fesp manterá em funcionamento os cursos integrados da Faculdade de Educação Superior do Paraná, podendo criar novos cursos ou estabelecimentos de ensino, atendidas as prescrições legais. A Fesp atende as demandas de responsabilidade social, participando do "Programa Universidade para Todos-PROUNI" do Governo Federal, concedendo aos alunos bolsas de 50% e 100% e o curso de Libras gratuito para alunos, professores, empregados e para a comunidade, com o objetivo de ampliar os relacionamentos e as ações de inclusão social que a língua oferece. Possui o núcleo de práticas jurídicas e o núcleo de arbitragem, mediação e negociação que atende a comunidade carente que necessita de assessoria jurídica nas áreas cível e penal. Em 2015, a Fesp incorporou instituições de ensino situadas na cidade de Ponta Grossa, as quais foram totalmente absorvidas por outra instituição de ensino em 01/setembro/2018, afetando as demonstrações contábeis desse exercício, ora apresentadas de forma comparativa. Tal alienação, à época, foi aprovada pelo Conselho Superior da Fesp, bem como pelo Ministério Público.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

Expressadas em Reais, as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil, com o nº 6.404/76 nos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, bem como a ITG 2002 R1, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, que trata dos aspectos contábeis específicos das entidades sem fins lucrativos.

3 Principais Práticas Contábeis

A Fesp goza de isenção de tributação pelo Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o superávit líquido, por tratar-se de entidade filantrópica sem fins lucrativos.

3.1 Origem e Aplicação dos Recursos

Os recursos gerados tiveram origem pela transformação da sociedade civil Faculdades de Ciências Econômicas do Paraná, fundada em 15/NOV/37, conforme art. 1º do seu Estatuto Social, estando comprometidos em sua totalidade na consecução dos fins sociais, sendo eles promover o ensino, a pesquisa, a extensão e atividades culturais, nos termos da legislação vigente.

3.2 Caixa e Equivalentes

Consistem em numerários disponíveis, saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. Os saldos das aplicações são demonstrados ao custo acrescidos dos rendimentos auferidos, líquidos do IRRF, até a data do balanço patrimonial.

3.3 Contas a Receber

São reconhecidas pelo regime de competência e estão refletidas pelo valor de contratação deduzidas das bolsas e descontos. Para o registro do valor de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são considerados os valores de títulos vencidos acima de 180 dias e, também, o histórico e os riscos envolvidos em cada modalidade de ensino.

A administração considera que o valor contabilizado é suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. As baixas de títulos prescritos são realizadas após todas as tentativas de cobranças terem sido esgotadas e quando o título completa o prazo de prescrição.

3.4 Imobilizado

No ano de 2011, a administração, por meio de laudos emitidos por profissionais habilitados, aplicou o valor justo na forma de custo atribuído (*deemed cost*) para os principais grupos do ativo imobilizado: terrenos e edificações. Os demais itens do imobilizado continuam sendo mensurados pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada, calculada pelo método linear, observando as seguintes taxas anuais: 10% para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, sistema de comunicação e instalações diversas e 20% para veículos e equipamentos de informática.

3.5 Intangível

Está registrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada.

3.6 Outros Ativos e Passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fesp possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Outros ativos são reconhecidos no balanço somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados a favor da Fesp e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

3.7 Provisão para Contingências

As provisões para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestadas pelos advogados externos responsáveis pelas ações.

Sempre que a perda for avaliada como provável, poderá ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em nota explicativa, quando individualmente relevantes. Os classificados como perdas remotas não requerem provisão nem divulgação.

3.8 Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa, a administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.9 Apreciação do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas dos serviços prestados de ensino são reconhecidas no resultado pelo valor bruto e deduzidas dos cancelamentos, bolsas e descontos.

4 Caixa e Equivalentes

O saldo está composto pelos seguintes valores:

Descrição	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Caixa	5.826	1.828
Bancos	30.753	42.918
Aplicações Financeiras	627.225	462.680
Total	663.804	507.426

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, sendo

o detalhamento apresentado a seguir:

Instituição Financeira	Modalidade	Em R\$ 1,00	
		31/DEZ/19	31/DEZ/18
Banco Bradesco PQB Ambiental	Renda Fixa	619.752	450.000
Banco Bradesco - Fundo Investimentos	Renda Fixa	-	60
Banco Bradesco	Poupança	-	4.517
Banco Bradesco CDB	Renda Fixa	-	13
Banco Itaú	Poupança	-	1.014
Sicoob RDC Logo Pós CDI	Renda Fixa	533	476
Sicoob - Conta Capital	Renda Fixa	6.538	6.294
Sicredi - Conta Capital	Renda Fixa	197	105
Sicrediinvest	Renda Fixa	103	101
Sicredi	Poupança	102	100
Total		627.225	462.680

5 Contas a Receber

Composição das contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Vencidos até 30 dias	144.721	90.831
Vencidos de 31 a 60 dias	132.049	116.306
Vencidos de 61 a 90 dias	120.466	69.822
Vencidos de 91 a 120 dias	104.150	79.967
Vencidos de 121 a 150 dias	54.215	84.006
Vencidos de 151 a 180 dias	21.806	58.989
Vencidos há mais de 181 dias	3.750.640	3.465.037
Total vencidos	4.328.047	3.964.958
A vencer	1.582.259	2.300.968
Total de Recebíveis	5.910.306	6.265.926
Circulante	5.867.010	6.154.198
Não Circulante	43.296	111.728

Na conta de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa estão contabilizados os valores vencidos há mais de 180 dias. Composição do saldo:

Contas Contábeis	Títulos Vencidos em:						
	2019 (1º Sem)	2018	2017	2016	2015	Até 2014	Totais
Graduação	131.219	150.884	188.341	187.040	88.639	179.529	925.652
Acordos	36.471	69.743	85.809	61.093	48.413	104.295	405.824
Pós-Graduação	40.747	37.303	42.806	51.551	44.794	-	217.201
Financiamentos	-	-	35.399	51.629	41.211	55.607	183.846
Cursos de Extensão	184	550	2.676	8	26	848	4.292
Valeios SIC Cobranças	-	-	-	-	-	505.606	505.606
Ensino Infantil	3.583	19.314	14.743	13.872	11.949	1.137	64.598
Ensino Fund e Médio	39.538	213.675	282.178	117.789	124.743	78.802	856.725
Terceirão e Cursinho	4.110	52.508	95.305	178.760	92.147	184.068	586.896
Total de PGLD	255.852	543.975	747.287	661.742	451.922	1.089.892	3.750.640

Dos valores apresentados, R\$437.244 encontra-se em processo de cobrança judicial e R\$ 3.313.396 em cobrança administrativa.

6 Aluguéis a Receber

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

Descrição dos Locatários	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Locação da Cantina	39.600	73.200
SFESI (Locação de Espaços Físicos e Equipamentos)	705.411	-
CIEE (Locação de Espaços Físicos e Equipamentos)	577.676	97.721
Total	1.322.687	170.921

As receitas de aluguéis estão contabilizadas nas contas a receber e apropriadas conforme a vigência dos contratos.

7 Estoques

O saldo está composto da seguinte forma:

Descrição	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Almoxarifado	14.979	10.350
Total	14.979	10.350

Os materiais mantidos em estoque estão valorizados pelo custo médio de aquisição e não excedem o valor de mercado.

8 Outras Contas a Receber

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

Descrição	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Cheques em Cobrança	1.200	1.200
Impostos a Compensar	5.616	5.616
Repasse de Fies a Compensar	1.374	51.239
Outros Valores a Receber	31.979	31.166
Total a Receber - Circulante	40.169	89.221
Aluguéis a Receber LP	181.790	54.000
Contingenciamento de valores a receber LP	1.692.031	2.017.426
Depósitos Judiciais	25.567	25.698
Impostos Federais a Recuperar	69.0	

NOTAS EXPLICATIVAS - Em R\$ 1,00

14 Empréstimos e Financiamentos

Foram atualizados com base nas taxas constantes nos respectivos contratos e possuem as seguintes características e valores:

Operações de Empréstimos e Financiamentos	Em R\$ 1,00			
	Taxa de Juros/ano	Data do Empréstimo	Saldo em 31/DEZ/19	Saldo em 31/DEZ/18
Capital de Giro				
Sicoob	12,55%	10/OUT/17	-	869.149
Sicoob	11,52%	20/NOV/19	712.000	-
Banco Safra	51,11%	12/SET/18	-	466.838
Banco Safra - Rotativo	20,62%	26/DEZ/17	-	168.769
Banco Itaú	34,24%	04/DEZ/18	-	725.322
Banco Itaú	19,56%	18/NOV/19	707.532	-
Banco Bradesco	19,56%	02/JUL/18	-	1.100.000
Banco Bradesco	16,76%	04/OUT/18	-	450.000
Banco Bradesco	16,76%	07/NOV/18	-	680.555
Banco Bradesco	14,03%	06/JUN/19	236.667	-
Banco Bradesco	14,03%	29/JUL/19	2.867.358	-
Bancos - Saldos Devedores	-	-	59.969	88.621
Aplicados no Ativo Imobilizado				
Arendamento Mercantil	-	30/MAI/18	41.610	70.238
Total Empréstimos	-	-	4.625.136	4.619.492
Circulante	-	-	1.561.438	2.378.746
Não Circulante	-	-	3.063.700	2.240.746

Visando garantir a liquidez e manter o fluxo de investimentos, a administração optou por uma política de endividamento controlada e lastreada em garantias reais e aval dos diretores. Foram oferecidas garantias dos contratos de empréstimos e cessão fiduciária dos direitos de créditos relativos aos recebíveis.

15 Parcelamentos de Tributos e Contribuições

O saldo de parcelamentos a pagar está composto da seguinte forma:

Descrição	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Parcelamento ISS - FESP (Lei Complementar 79/2011)	173.308	173.309
Parcelamento ISS - Neo Master	21.140	21.140
Parcelamento INCR A (Lei 11.941/2009)	8.136	7.285
Parcelamento INSS	-	7.762
Parcelamento IRRF	216.025	-
Parcelamento Contribuições Sociais	6.494	-
Parcelamento Cartão de Crédito	15.753	-
Total de Parcelamentos a Pagar - Circulante	440.856	209.496
Parcelamento ISS - FESP (Lei Complementar 79/2011)	332.175	505.483
Parcelamento INCR A - (Lei 11.941/2009)	27.540	33.996
Parcelamento IRRF	631.457	-
Parcelamento Contribuições Sociais	3.247	-
Parcelamento FGTS	1.168.922	-
Total de Parcelamentos a Pagar - Não Circulante	2.163.341	539.479
Total Geral de Parcelamentos	2.604.197	748.975

15.1 Tributos Municipais

Parcelamento ISS - Fesp efetuado através do REFIC nº 75296/2017, cujo montante é de R\$ 615.193,78. A dívida será liquidada em 60 meses.

15.1.1 Imposto sobre Serviços - ISS NeoMaster

Dívida assumida pela aquisição da Sociedade Educacional NeoMaster Ltda. A cobrança do ISS se refere a diferenças de recolhimentos dos exercícios de 2006 a 2011, que após fiscalização originou uma notificação emitida pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

15.2 Contribuições Previdenciárias

15.2.1 Contribuições ao INCR A

O parcelamento de débitos previdenciários refere-se a pendências de contribuições ao INCR A (0,2%) do período de AGO/05 a DEZ/08. A Fesp deixou de recolher esse percentual para a Previdência, com base em uma liminar concedida nos autos nº 2005.70.00.015766-1 a todas as instituições associadas ao SINEPE/PR, através de ação coletiva.

Em JAN/09 o STJ reconheceu a legalidade da cobrança e todas as instituições voltaram a recolher a referida contribuição.

Os débitos foram parcelados junto à Receita Federal do Brasil, conforme Lei nº 11.941/09.

O parcelamento foi solicitado em SET/09 e consolidado em JUL/11.

15.2.2 Contribuições ao INSS

O parcelamento de débitos previdenciários refere-se à parte do INSS devido da competência 13/2013. Esse valor foi compensado com verbas indenizatórias na Sefip 12/2013 e gerou divergências para a emissão da Certidão Negativa de Débitos Previdenciários. O mesmo foi quitado integralmente em ABR/2019.

15.3 Contribuições Federais

15.3.1 Imposto Retido na Fonte

O parcelamento de débitos refere-se ao IRRF devido das competências de 01/2018 a 11/2018, cujo montante é de R\$ 950.282,40. A dívida será liquidada em 60 meses.

15.3.2 Contribuições Sociais

O parcelamento de débitos refere-se às Contribuições Sociais devido das competências de 01/2018 a 07/2018, cujo montante é de R\$ 14.441,84. A dívida será liquidada em 28 meses.

16 Obrigações por Mensalidades Futuras

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

Descrição	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Mensalidades Graduação a Apropriar	1.248.037	1.323.420
Mensalidades Graduação EAD a Apropriar	14.686	9.680
Mensalidades Pós Graduação a Apropriar	284.965	554.805
Mensalidades Pós Graduação EAD a Apropriar	203.108	309.176
Mensalidades Cursos de Extensão a Apropriar	3.894	27.381
Aluguéis a Apropriar	1.504.477	224.921
Juros e Multas a Apropriar Acordos	136.844	128.761
Honorários Cobrança Externa a Apropriar	11.929	6.607
(-) Despesas Vestibular Próximo Exercício	(8.120)	(8.970)
Total de Mensalidades Futuras - Circulante	3.399.820	2.575.781
Mensalidades Pós Graduação a Apropriar	20.978	161.734
Juros e Multas a Apropriar Acordos	4.940	2.018
Total de Mensalidades Futuras - Não Circulante	25.918	163.752
Total Geral de Mensalidades Futuras	3.425.738	2.739.533

17 Provisão para Contingências

A Fesp possui processos judiciais envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias. As contingências consideradas pelos assessores jurídicos como perda provável foram provisionadas no passivo não circulante, conforme determinam as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC T 19.7.9 e NBC T 19.7.11.

Provisões	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Processos Cíveis	162.409	189.066
Processos Trabalhistas	1.610.676	1.504.093
Processos Tributários	-	-
Total das Provisões para Contingências	1.773.085	1.693.159

Existem processos tributários em curso que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 2.780.396, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não exigem a sua contabilização.

18 Patrimônio Social

O patrimônio da Fesp é constituído de bens móveis e imóveis da Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná, dotações constantes dos orçamentos da União e do Estado do Paraná e bens e direitos que no ato constitutivo foram doados por pessoas naturais ou jurídicas interessadas nos seus objetivos.

19 Déficit/Superávit do Exercício

Demonstramos abaixo o quadro com comparativo do resultado de 2019 com o resultado de 2018:

Instituição	Em R\$ 1,00	
	2019	2018
FESP	(2.153.897)	13.084.192
Grassol	-	(112.862)
Neomaster	-	3.615.376
Promaster	-	(464.917)
TOTAL	(2.153.897)	16.121.789

20 Outras Receitas e Despesas

O saldo deste grupo está composto da seguinte forma:

Descrição	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Receita de Aluguel de Instalações	1.441.150	1.354.847
Mensalidades Cursos de Extensão Fesp	19.890	16.921
Mensalidades Cursos de Extensão Parcerias	14.250	34.850
Mensalidades Cursos de Extensão-EAD	1.542	11.656
Inscrição Pós Graduação, Eventos e Palestras	1.670	66.964
Taxas de Vestibular	-	6.450
Recuperação de Despesas	795	-
Outras Receitas Operacionais	51.013	386.534
Brindes e Bonificações	-	62.536
Taxas de Expediente	43.569	101.770
Receita na Venda de Bens	-	8.500.000
Superávit na Venda de Bens	-	3.652.551
Total das Receitas	1.573.879	14.195.079
Perdas de Recebimento de Crédito	(163.408)	(455.338)
Despesas com Programa de Internacionalização	-	(39.206)
Despesas com Processos Cíveis e Tributários	(5.279)	(134.974)
Outras Despesas Operacionais	(28.342)	(46.740)
Despesas Taxas Plataforma EAD	(29.886)	(5.046)
Estorno de Provisões Cíveis, Tributários e Trabalhistas	-	14.130.875
Total das Despesas	(226.915)	13.449.571
Total Geral Outras (Despesas) Receitas	1.346.964	27.644.650

21 Cobertura de Seguros

Foram contratados seguros para bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes pela administração, objetivando cobrir eventuais sinistros. A vigência das apólices e os valores

estão assim compostos:

Bens Segurados	Vigência	Em R\$ 1,00
Instalações e Equipamentos	12/SET/19 a 12/SET/20	23.000.000
Veículos	17/ABR/19 a 17/ABR/20	100% da tabela Fipe

22 Imunidade Tributária Usufruída

Conforme ITG 2002 R1, as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado. Faz-se necessário apenas divulgar a relação dos tributos objeto de renúncia fiscal.

A Fesp possui imunidade tributária em relação a impostos federais (IRPJ, CSLL e Cofins) e municipais (ISS) nos termos do art. 150 da Constituição Federal.

23 Demonstrativo da Gratuidade

Em atendimento ao art. 13-A da Lei nº 12.868/13, a qual alterou a lei nº 12.101/09 (Instituto Superior com PROUNI), a Fesp Matriz concedeu bolsas de 100% e bolsas de 50% aos estudantes na proporção indicada pela legislação, conforme demonstrativo abaixo:

Cálculo para Educação Superior com PROUNI	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Total de Alunos Matriculados	1.086	1.211
(-) Bolsas Integrais PROUNI concedidas	206	208
(-) Inadimplentes por mais de 90 dias, sem matrícula	0	1
Total de Alunos Pagantes - Art 13-C, Lei 12.868/2013	880	1.002
Bolsas Integrais PROUNI exigidas (1/9) conf. Art. 13-A	109	122
Bolsas Integrais PROUNI exigidas (1/5) conf. Art. 13-B	173	192
Bolsas Concedidas no Período:		
Bolsas Integrais - PROUNI 100%	206	208
Bolsas Parciais - PROUNI 50%	175	199
TOTAL DE BOLSAS EXCEDENTES	99	93
Bolsas Integrais - PROUNI 100%	97	86
Bolsas Parciais - PROUNI 50%	2	7

Segregação das gratuidades praticadas, conforme Resolução CFC 1409/12:

Descrição	Em R\$ 1,00	
	31/DEZ/19	31/DEZ/18
Alunos com Bolsas de 100%		
Número de Bolsistas	206	208
Valor das Bolsas de 100% Concedidas	2.861.393	2.645.393
Alunos com Bolsas de 50%		
Número de Bolsistas	175	199
Valor das Bolsas de 50% Concedidas	1.303.788	1.388.175

24 Medidas Tomadas pela Diretoria Executiva Visando o Equilíbrio Financeiro

A Diretoria Executiva, que assumiu a gestão em FEV/17, vem implantando medidas de gestão administrativa e financeira visando maior eficiência nas operações da Fundação. Em 2019 destacaram-se:

- Adequação das instalações da faculdade para atender às exigências do Ministério Público referente à acessibilidade;
- Readequação da carga horária de trabalho dos funcionários administrativos;
- Readequação do espaço físico dos departamentos administrativos;
- Contratação de consultoria para aprimoramento nos processos de Financiamento Estudantil-FIES;
- Realização de parcerias na Pós Graduação com as empresas ABDCConst, Curso Jurídico, Ematra e SESCOOP;
- Recebida autorização do Ministério da Educação-MEC para a abertura do curso de Psicologia a partir de 2020;

As consequências e incertezas econômicas resultantes da pandemia do Covid-19, ou ações tomadas pelo governo do nosso Estado, não tiveram reflexo no resultado das demonstrações contábeis do exercício findo em 31/DEZ/2019.

Os preços praticados pela instituição são divulgados com antecedência e as matrículas são realizadas até o mês de fevereiro de cada ano, portanto, foi iniciado o processo de matrículas para 2020 no final de 2019, normalmente.

Para o primeiro semestre de 2020 a receita mensal e o número de alunos matriculados, estavam dentro da média esperada. Após o mês de ABR/20 já foram observados os primeiros impactos da pandemia, que se encontram em processo de apuração, sendo os principais citados abaixo:

- Aumento nas solicitações de cancelamentos de contrato e descontos concedidos em aproximadamente 5% no período de abril a junho de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, tendo em vista alunos que tiveram demissões dos empregos e/ou reduções salariais;
- Aumento da inadimplência em aproximadamente 10% nos períodos de abril e junho de 2020, em relação ao mesmo período do ano de 2019;
- Já para o segundo semestre de 2020, ainda não foi possível precisar os efeitos nas operações da Fesp, sendo já previstas pela Diretoria Executiva a adoção de medidas que incluem a concessão de desconto de 10% na rematrícula, e mais 5% nas mensalidades mensais enquanto perdurar o período de pandemia e aulas de forma remota.

25 Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Fesp e autorizadas para divulgação em 20/08/2020.

Gilson Bonato Presidente
Écio Orlando Calegari Diretor Acadêmico
Luiz Fernando Ferreira da Costa Diretor Administrativo/Financeiro
Gisléia Aparecida dos Santos Ramos Contadora CRC- PR 049298/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

FUNDAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS DO PARANÁ - FESP.

At. Diretoria

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS DO PARANÁ - FESP (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findado naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS DO PARANÁ - FESP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações para o exercício findado naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Considerando que a Entidade, em suas operações normais (excluindo-se os efeitos da alienação de participações societárias e reversão de provisões ocorridas em 2018), não vem gerando resultados operacionais suficientes para cobrir as despesas comerciais, administrativas e financeiras, e as obrigações contradas com terceiros, gerando déficit consecutivos, a continuidade das operações fica sujeita à redução dos custos operacionais, além de outras medidas administrativas

descritas na nota explicativa 24 que visem estabelecer um fluxo de caixa capaz de permitir o equilíbrio financeiro da Entidade.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os profissionais da administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de Junho de 2020.

Curitiba, 31 de Julho de 2019.

Odilnei Acir Tedesco
Contador - CRC-PR 27.910/O-0
AXCEL AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC-PR 005261/O-2

